

Parágrafo

Trabalho começa com várias provas de fogo

BRASILIA — A punição a Jaber Rabelo e Nobel Moura não é a única prova de fogo pela qual o Congresso passará no início do semestre. A forma como terá de analisar o projeto do Governo que concede reajustes diferenciados para o funcionalismo público também desagrada. A Câmara e o Senado não podem emendar o projeto para conceder aumentos maiores, porque a Constituição proíbe. Também não pode rejeitá-lo pela segunda vez porque o regimento do Congresso proíbe que um assunto rejeitado volte a ser discutido no mesmo ano.

— O Congresso não tem outra saída a não ser aprovar do jeito que chegar. Não podemos ser os responsáveis pelo retorno dos salários dos servidores aos níveis de abril — analisa o Líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena (PB).

Tal expectativa repete as opiniões de parlamentares tão diferentes como o Líder do PT na Câmara, José Genoino (SP), o Líder do Governo, Humberto Souza (PRN-MG), e o Presidente do Congresso, Senador Mauro Benevides (PMDB-CE). Sobra ainda para agosto um projeto considerado o mais polêmico e de discussão mais demorada do que os que estão na pauta.

— Conseguimos aprovar matérias complicadas como a Lei de Custo e Benefícios da Previdência e a Lei do Inquilinato no primeiro semestre. Agora, chegamos ao ponto mais difícil. A política de renda sempre é o fator de maior dificuldade para um entendimento entre o Legislativo, o Executivo e a sociedade. Quando chega no salário, empaca — afirma Humberto Lucena.

As posições do Governo e da Oposição, incluindo o maior partido no Congresso, o PMDB, são dispares e radicais. O Governo sustenta o fim da indexação, com a criação de um processo de livre negociação entre empresários e empregados para a fixação dos salários. O PMDB deseja a indexação à cesta básica dos vencimentos até cinco salários mínimos.

Na página 11, 'Polícia Federal tem quatro provas contra Jaber Rabelo'

28 JUL 1991

O GLOBO